

ARTIGO

Jovens em situação de risco social e articulação de políticas de segurança pública com políticas sociais: O Projeto de Proteção A Jovens em Território Vulnerável – Protejo.

Tatiana Sampaio de Souza⁴⁶

RESUMO

O presente artigo realiza uma análise do Projeto de Proteção a Jovens em Território Vulnerável – PROTEJO, ação integrante do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, a partir da projeção de vínculos e esferas de reconhecimento desenvolvidos pelos jovens dentro do projeto. Como referencial teórico são utilizadas as teorias de Axel Honneth e David Zimerman. A metodologia se baseou em pesquisa bibliográfica e em pesquisa empírica com a realização de entrevistas semiestruturadas. Em análise, verificou-se que o PROTEJO se mostra como positivo para os jovens por fortalecer a projeção de vínculos e esferas de reconhecimento em suas vidas, porém como política pública ainda recente o projeto apresenta falhas e desafios que precisam ser superados.

PALAVRAS CHAVE: políticas públicas. educação. violência. juventude.

Youth at risk and social articulation of public security policies with social policies: The Project to Protect Vulnerable Youth in the Territory - PROTEJO.

ABSTRACT

This article provides an analysis of the Project to Protect Vulnerable Youth in the Territory - protect, integral action of the National Public Security and Citizenship - PRONASCI from the projection of bonds and spheres of recognition developed by young people within the project. Are used as a theoretical theories of Axel Honneth and David Zimerman. The methodology is based on literature and empirical research with semi-structured interviews. On analysis, it was found that protect shown as positive for young people by strengthening the bonds and projected levels of recognition in their lives, but as public policy still presents recent project failures and challenges that need to be overcome.

KEYWORDS: public polies; education, violence, youth.

⁴⁶ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.

1. Introdução

O presente artigo foi escrito a partir de pesquisa empírica realizada para a elaboração de dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e tem como objetivo abordar as especificidades das políticas públicas destinadas à população juvenil em situação de risco social.

Ao longo deste ensaio são mencionados alguns elementos observados na referida pesquisa de campo, que ocorreu no Brasil, durante o período de abril de 2011 a março de 2012, no Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável – PROTEJO, localizado no território de paz do bairro Santo Afonso, na cidade de Novo Hamburgo, região metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. O critério de seleção da localidade do projeto foi a possibilidade de acompanhar o mesmo desde sua instituição, uma vez que nas outras localidades da região o mesmo já estava em andamento. O PROTEJO integra as ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, que tem por finalidade a articulação de políticas sociais com políticas de segurança pública.

Para a elaboração da pesquisa foram entrevistados 10 jovens, além de 02 técnicos e a coordenadora pedagógica do PROTEJO. No entanto, como alguns dos entrevistados eram menores de idade, não foi possível utilizar todas as entrevistas, uma vez que os pais de 04 adolescentes não puderam e/ou quiseram assinar os termos de consentimento. Dos entrevistados cuja análise das entrevistas foi realizada, 02 são do sexo masculino, e 04 são do sexo feminino, com idades de 15 a 24 anos. A fim de se preservar o anonimato dos jovens, os mesmos não foram identificados em seus relatos, utilizando-se assim, de códigos para referir suas falas. Para as entrevistas foi empregado um roteiro semiestruturado. No entanto, a forma de abordagem variou de acordo com as peculiaridades de cada caso e de cada entrevistado.

O texto deste artigo está estruturado em cinco subitens. O primeiro contém a introdução, com a apresentação do tema; o segundo apresenta as especificidades das políticas públicas destinadas à juventude; o terceiro realiza uma apresentação do PROTEJO, enquanto ação integrante do PRONASCI; o quarto realiza uma análise do projeto a partir da projeção de vínculos e esferas de reconhecimento na visão dos jovens participantes; e o quinto apresenta as considerações finais.

Vale ressaltar que não se pretende esgotar o tema, e que os resultados apresentados nas considerações finais são resultados parciais, sendo que a finalidade principal deste artigo consiste na ampliação do espaço de problematização e discussão sobre as ações de políticas públicas voltadas aos jovens em situação de risco social, como é o caso do PROTEJO.

2. Considerações acerca das especificidades das políticas sociais destinadas aos jovens⁴⁷

A juventude é a fase das descobertas e da insegurança. Como bem lembra Klosinski (2006, p.11), nesta fase a puberdade vem acompanhada pela insegurança e pela instabilidade emocional, acarretando no pano de fundo dos problemas de ligação e desligamento da casa paterna, sofrendo a forte influência do meio social.

Esse meio social, por sua vez, afetado pelo processo de desenvolvimento inadequado, conduz os jovens, cada vez mais, a se afastarem das referências que até então eles seguiam e aceitavam. Tavares dos Santos (2009, p. 68), fala no desenvolvimento da violência como uma forma de sociabilidade, que se configura como um dispositivo de controle, aberto e contínuo. Dentro desta realidade, muitos jovens estão a experimentar, cada vez mais cedo, todas as formas possíveis de violência, tanto como autores, quanto como vítimas, podendo esse quadro se reproduzir, transformando vítimas em agentes ativos de violência (FONSECA, 2007, p.73).

Por sua situação peculiar de seres humanos em desenvolvimento, os jovens, em relação aos adultos, apresentam uma sensibilidade extremamente maior quanto às influências, corruptoras do meio. Neste ponto, destaca-se a reflexão de Abreu (1995, p.12), que comenta acerca da vulnerabilidade na fase da infância e juventude.

Diante dessas fragilidades, a própria família que deveria atenuá-las, sendo imperfeita, não raro as agrava. E pode chegar a ser corruptora a ponto de conduzir o adolescente a práticas criminosas, às vezes desde a infância. Mais comumente negligencia na observância do relacionamento externo de seus filhos; ou, ao contrário, lhes impõe restrições excessivas, provocadoras de reações. Há enfim, os lares miseráveis, tumultuados, conflitantes e insuportáveis, a estimularem, pelo menos, as fugas dos filhos (ABREU, 1995, p.12).

Cabe salientar que esses fatores de risco não são encontrados de forma única e exclusiva nas classes desfavorecidas economicamente. Em famílias da classe média e alta também têm presentes tais fatores dentro de suas casas, o que muda é a visibilidade social (CENTURIÃO, 1999, p.71 e 73).

A implementação de programas de políticas sociais para os jovens em situação infracional ou de vulnerabilidade pode trazer significativos benefícios para evitar a prática ou a reincidência de atos infracionais e criminais. No entanto, a realização dessas políticas é algo extremamente complexo, visto que envolve várias questões, entre outras de cunho político e social. Conforme Garcia (2006, p. 87) “no que se refere à política social, sua eficácia fica dependente de todo o governo adotar uma linha de ação que seja coerente com o propósito de reduzir desigualdades sociais”.

Quando se fala em políticas sociais voltadas à população de jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade, estas necessitam ser instituídas de forma dissociada do caráter meramente assistencialista. E conforme

⁴⁷ Neste trabalho a juventude é entendida enquanto categoria social, abrangendo, inclusive a adolescência. Acompanhando o pensamento de MANNHEIM (1964), opta-se por um conceito de gerações no qual a posição comum destes sujeitos se realiza pela possibilidade deles processarem os acontecimentos de forma aproximada, e não apenas por suas características cronológicas e biológicas.

salienta Zaluar (1994, p. 179), “o sucesso das políticas públicas depende da hegemonia que adquirem, enquanto conjunto de ideias e ações propostas, nesse amplo processo de interação em que o pensamento técnico e o senso comum transformam-se mutuamente”.

A efetiva implantação de um projeto como este não se faz apenas com o atendimento dos jovens em situação infracional ou de vulnerabilidade. Quando se tem por objetivo prepará-los para a vida adulta e afastá-los da criminalidade, a necessidade de investimentos em saúde, educação, cultura, e a própria proteção ao direito de “brincar” é imanente. Mas, além destas necessidades, há, também, aquela que diz respeito a um investimento voltado para as pessoas que circundam a vida destes adolescentes, tais como seus pais, professores, agentes de segurança, de saúde, enfim, todas as pessoas e profissionais que possuem contato direto com estes jovens e servem para eles como referência.

Dentro deste contexto, se insere a necessidade da articulação das políticas sociais com as políticas de segurança pública, instituída pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. A ideia de integrar tais ações é válida, pois envolve o atendimento não apenas do jovem que se encontra em situação de vulnerabilidade ou risco social, como também de seus familiares, dos agentes de segurança, e de toda a sua comunidade através de diversos programas e ações.

3. A articulação entre políticas de segurança pública com políticas sociais: o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI e o Projeto de Proteção a Jovens em Território Vulnerável – PROTEJO.

O Brasil ao longo dos últimos anos foi marcado pela violência, que se constituiu em uma grave questão social. Muitas formas de intervenção penal foram adotadas no sistema brasileiro, na tentativa de reduzir atos de violência. Observa-se, entretanto, a atual falência do controle social formal, que muito tem deixado a desejar, contribuindo para aumentar a gravidade da situação.

O controle social representa tanto o controle do Estado sobre a sociedade, quanto o controle desta sobre as ações daquele. Para Mannheim (1971, p. 178) o controle social significa o “conjunto de métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, tendo em vista manter determinada ordem”.

Os mecanismos de controle social podem ser divididos em formais e informais, os primeiros seriam a justiça, a polícia, o sistema penitenciário, etc; enquanto os segundos seriam a família, a escola, as reuniões comunitárias, etc. Após serem verificadas as falhas no sistema de controle social formal, principalmente no que diz respeito ao sistema criminal, foi se constituindo no Brasil a tentativa de busca por um novo pensamento no que tange à segurança pública, que

ainda hoje nos remete a um desafio, e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI faz parte desta tentativa.

O PRONASCI, desenvolvido pelo Ministério da Justiça, articula políticas de segurança pública com políticas sociais em todo o país, priorizando substancialmente a prevenção, sem desconsiderar as ações de ordenamento social e segurança pública. Seu público alvo são os jovens de 15 a 24 anos, que se encontram em situação de vulnerabilidade, os profissionais da segurança pública, os presos ou egressos do sistema prisional, e os reservistas, passíveis de serem atraídos e recrutados pelo crime em função de seu treinamento militar.

O programa foi instituído pela Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007, que determina em seu artigo primeiro que o mesmo será executado pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como com a participação das famílias e da comunidade, através de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, no intuito de buscar a melhoria da segurança pública.

Os focos prioritários do PRONASCI se dividem em quatro: o *foco etário*: composto pela população juvenil de 15 a 24 anos; o *foco social*: composto por jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de moradores de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência; o *foco territorial*: que abrange as regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentam altos índices de homicídio e de crimes violentos; e o *foco repressivo*: que diz respeito ao combate do crime organizado (Art. 3º, da Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007).

O principal projeto do PRONASCI, voltado ao atendimento dos jovens em situação de risco social é o PROTEJO, que se constitui na proteção dos jovens em território vulnerável, através de ações que buscam promover sua formação cidadã.

Observa-se que o PROTEJO abrange três dos focos prioritários do PRONASCI, o *etário*, visto que os jovens atendidos pelo PROTEJO tem idades entre 15 e 24 anos; o *social*, visto que integram o projeto, jovens em situação de risco social; e o *territorial*, visto que a implantação daquele se dá nos Territórios de Paz do PRONASCI.

Os jovens participantes do projeto recebem uma bolsa no valor de R\$ 100,00, sendo que por força do artigo 8º-F, inciso I da Lei, o recebimento da mesma deve ser dependente da comprovação de assiduidade dos jovens no projeto e do comprometimento com as atividades estabelecidas.

As equipes que atuam na execução do PROTEJO são compostas por profissionais de distintas áreas de conhecimento, formando uma equipe multidisciplinar, que envolve educadores de informática, de prática cidadã, de grafiteagem, de atividades físicas e de comunicação, além de

psicólogo, pedagogo, e demais profissionais, variando de acordo com as especificidades dos bairros onde são implantados os territórios de paz.

O PRONASCI é um programa inovador no sentido de fazer da segurança pública uma questão necessariamente social, articulando ações de cidadania com práticas de segurança pública. No entanto, apesar de todo seu desenho aparentemente inovador, o PRONASCI traz consigo muitos desafios, em diversos pontos e ações executadas e não executadas pelo programa.

Uma delas diz respeito à dificuldade de articulação entre ações dos estados e municípios com o Governo Federal, pois conforme aponta o INESC:

[...] até o momento, predominam as ações localizadas. Também é comum que estados procurem os recursos mais para as polícias e os municípios procurem os recursos mais para as ações sociais (por exemplo, as bolsas dos Projetos Mulheres da Paz e do Protejo). Mas o Pronasci se pretende um programa indutor de uma nova visão. Ainda é cedo para avaliar, mas há indicações de que até aqui as ações são bastante pontuais e não articuladas (INESC, 2010, p. 29).

Problemas também se revelam em relação à política partidária presente em políticas públicas. Grande parte dos coordenadores, e boa parte dos profissionais que atuam nos projetos do PRONASCI possuem vinculação partidária, o que por vezes faz com que os projetos percam seus focos, principalmente em períodos de eleição.

Outro grave aspecto na formatação do Programa é aquele que diz respeito à nomenclatura utilizada nas ações, e a possibilidade desta acentuar, ainda mais, a rotulação e estigmatização que sofrem os participantes envolvidos em projetos como os do PRONASCI.

[...] efeito colateral comum a programas (sejam governamentais ou da sociedade civil) focalizados nos jovens e nas mulheres de periferias e favelas. A suposição de que os jovens que habitam as favelas são necessariamente “de risco” pode produzir facilmente o aprofundamento de estereótipos, em vez de sua redução. Ou seja, conceitos como os de “territórios de paz” podem acentuar a “criminalização da pobreza” se diversos cuidados não forem tomados na sua elaboração (INESC, 2010, p. 29).

No PROTEJO do território de paz do bairro Santo Afonso, as atividades com os jovens iniciaram em abril de 2011, com a inscrição de 298 jovens, ao término do projeto e na formatura dos participantes em março de 2012, o projeto atendia efetivamente apenas 119 jovens, sendo que o restante evadiu-se ao longo da execução do mesmo, confirmando um dos grandes problemas das ações de políticas públicas voltadas aos jovens, a evasão.

O lapso temporal dos projetos também acaba se tornando um problema na prática das ações do PRONASCI, uma vez que, em sua maioria, os projetos são implantados por um ano. Existe a possibilidade de serem concedidas prorrogações, porém estas dependem da fundamentação dos pedidos, e interesse de seus gestores e coordenadores, entre outros fatores.

Essa imprevisão quanto à prorrogação dos projetos, se traduz na prática em situação de extrema insegurança em seus usuários. Essa realidade é um dos fatores que dificulta o trabalho dos técnicos, causando a sua rotatividade, a evasão por parte dos jovens, e a desmotivação entre ambos.

4. Reflexos de vínculos e esferas de reconhecimento dentro do Projeto

A pesquisa demonstrou que a permanência dos jovens e a redução da evasão em programas como o PROTEJO, está diretamente relacionada ao vínculo e ao reconhecimento que os jovens estabelecem com os profissionais que compõe as equipes técnicas e com os colegas do projeto.

Como as entrevistas foram feitas em sua maioria nos meses de julho e agosto de 2011, o PROTEJO estava em pleno desenvolvimento, tendo sido perguntado aos jovens, qual era sua percepção sobre o projeto naquele momento. Dentre as respostas, a maioria foi positiva, sendo que alguns jovens afirmaram em poucas palavras que estavam gostando do mesmo; enquanto outros relatavam uma série de motivos pelos quais gostavam de participar do PROTEJO.

A partir dos relatos dos jovens em suas entrevistas verificou-se que os mesmos se sentem dentro do projeto como sujeitos possuidores de direitos e deveres, tanto seus quanto dos demais colegas, e até mesmo dos profissionais. É comum ouvir nas falas dos jovens menções sobre os direitos que estão aprendendo a ter, uma jovem relata que antes do projeto não sabia que era possível expressar a sua opinião. Desta verificação apreende-se um reconhecimento jurídico, no sentido empregado por HONNET (2003), por parte dos jovens dentro do projeto, e que está diretamente ligado com o sentimento de autorrespeito, afinal:

[...] um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo esse modo é o que podemos chamar de “autorrespeito” (HONNETH, 2003, p. 2003).

Um dos jovens afirmou que a melhor coisa do PROTEJO eram suas atividades:

O que você está achando do PROTEJO?

Ah, eu acho legal porque “nós aprende” muita coisa aqui, porque tirar foto eu nunca sabia como que era tirar foto e agora eu “tô” sabendo. Igual., mas tem muita gente que não gosta né, porque daí ah, diz que tirar foto é só pra distrair porque não vai aprender nada, eu não acho, eu acho que ensinando cada vez mais coisa se aprende (J5).

Outros referiram que estavam gostando porque além de aprenderem novas atividades, estavam fazendo novos amigos:

O que você está achando do PROTEJO?

“Tá” bem bom. “Tá” legal.

Por quê?

Porque “tô” aprendendo muitas coisas aqui também. Conhecendo “muitos mais” amigos (J4).

Outra jovem afirma que gosta de participar do PROTEJO, porque era uma forma de se ocupar, sair de casa, se distrair e ficar longe das coisas que aconteciam na vila onde morava.

O que você está achando do PROTEJO?

Eu gosto do PROTEJO.

Por que?

“Por causa que” a gente faz um monte de coisa aqui. Eu prefiro vim..ahm...como na quarta-feira não tem PROTEJO né. Então agente fica em casa assim. Onde agente mora é um bagulho. É uma vila que acontece várias coisas sabe? Num dia tu fica lá tu vê um monte de coisa. E no PROTEJO não..ahm..agente se diverte, brinca, conversa com as pessoas. Na quarta-feira não tem, agente fica em casa pensando assim, “porque não tem a semana toda”.

Você queria que tivesse a semana toda?

Que tivesse a semana toda. Que não tivesse...que não tivesse..que tivesse até na quarta feira sabe.

Você gosta de vir pra cá?

Eu gosto de vim no PROTEJO (J3).

Nas quartas-feiras era o dia da reunião pedagógica dos membros da equipe técnica do projeto com seus coordenadores, e por isso neste dia não eram realizadas atividades com os jovens no sede do PROTEJO. Porém, a mesma vontade da jovem acima citada, de que houvesse atividades todos os dias no PROTEJO, foi manifestada por outros jovens, que afirmavam sentir muita falta do projeto quando não havia atividades. Inclusive alguns dos entrevistados, pediram que suas entrevistas fossem feitas nas quartas-feiras, dia em que não havia atividade no PROTEJO, para que não perdessem aula, e também para que pudessem sair de casa e ir para a sede do projeto neste dia.

Os jovens relataram que onde moravam ocorriam muitos atos de violência, e que eles não possuíam muitas alternativas de lazer, sendo às vezes necessário ficarem escondidos em casa para não se envolverem em conflitos. Os jovens relataram inclusive, que já presenciaram cenas de morte e agressão nas festas que frequentam.

A violência é um ponto muito frequente na vida dos jovens, a morte de seus amigos vítimas de homicídio é cena comum em seu cotidiano. Porém o ódio, comumente evidenciado

nas brigas de gangues, e outras expressões de agressões entre jovens, pode esconder também o desencadeamento do sofrimento desses sujeitos, expostos a diversas formas de violência.

Assim como o conceito de criminalidade juvenil encontra dificuldade de ser estabelecido, o próprio conceito de violência é ainda um desafio a ser compreendido. Na maioria das vezes em que tentamos buscar sua definição nos deparamos com o inevitável anseio por sua erradicação. Quanto a tal problemática Tavares aponta que:

Trabalhando sobre a rediscussão do conceito de violência, podemos verificar que a maioria ou a quase totalidade das indagações sobre esse tema diz respeito, basicamente, aos modos de sua erradicação e não ao seu significado. Não se quer definir violência, o que se quer é combatê-la. Esta é a consequência evidente de sua identificação com o crime, que está muito mais associada a um panorama utilitário imediato de bem-estar – daí a preocupação quanto aos efeitos de seu combate - do que propriamente a uma precisa definição de seus elementos. A redução das características da violência a apenas uma de suas formas de aparecimento conduz, por sua vez, a utilização de certo modo arbitrário de justificação dos meios de seu controle, muitas vezes centrados em elementos puramente simbólicos, frutos de meras expressões linguísticas (TAVAREZ, 2008, p.444).

No caso da violência, como também da criminalidade juvenil, ocorre uma taxatividade das condutas violentas e delinquentiais como se todas fossem oriundas de um mesmo fator, e desenvolvessem-se de forma única e atroz, e tudo se resumisse ao direito penal, como se este fosse o único meio necessário e eficaz, quando na verdade a violência permeia as relações de diversas formas, revelando aspectos subjetivos dos sentimentos de seus agentes que não se restringem a meros atos violentos.

O tráfico de drogas, entre outros fatores, também é um ponto constante na vida dos jovens. Porém, apesar de muitos saberem dos acontecimentos envolvendo essa questão, eles evitam falar no assunto.

Procurou-se apurar como os jovens entrevistados, que não tinham passagem pelo sistema de justiça, lidavam com a presença da violência em suas vidas, qual o impacto que esta lhes causara, sendo que quanto a este aspecto ficaram evidenciados sentimentos de medo e tristeza.

Durante sua participação no PROTEJO, a família inteira de um jovem integrante do projeto foi chacinada, sendo que este se manteve vivo simplesmente pelo fato de estar nas aulas dentro das dependências do projeto durante o extermínio.

Alguns jovens participantes do projeto tiveram que se afastar do projeto ou do bairro, por ameaças, por estarem jurados de morte, por terem presenciado algum fato, por envolvimento com traficantes, etc. Ainda que isso não conste dos relatórios oficiais essa realidade foi apurada a partir

da observação realizada e no relato de alguns jovens, que procuravam formas de se afastar desta realidade.

Justamente por isso, o PROTEJO se tornou para os jovens um local neutro, onde os mesmos podiam participar das atividades, e conversar com os educadores e colegas sem se exporem à violência.

Quase a totalidade dos jovens salientava gostar do Projeto tanto por suas atividades, quanto pelo apoio que recebiam dos profissionais. Foi perguntado para os jovens quais eram as atividades realizadas por eles. Apesar de saber-se quais eram estas atividades, a intenção ao perguntar sobre elas era de apurar, segundo o entendimento e a visão dos jovens, o modo como estas atividades eram desenvolvidas, e como eles se identificavam com cada uma delas.

Alguns jovens falaram de várias atividades, fazendo questão de dizer o porquê gostavam de cada uma.

O que vocês fazem no PROTEJO?

Agente escreve, agente aprende...agente tem jogos na rua, educação física que eles falam né, agente tem agora, abriu o negócio da informática, que foi bom, que agente teve umas aulas práticas primeiro né, pra saber o que é isso, o que é aquilo, “mouse” e essas coisas, tão explicando ainda o básico pra gente, e tem a... como é que diz, não é um debate... aquelas aulas que eles fazem reunião pra cada um falar o que acha, o que não acha, o que podia melhorar, entendeu? Reunião assim, tem bastante...

Que aqui o curso, não é só eles que falam entendeu? Aqui agente pode falar... Ah, os outros cursos eles não dão oportunidade pros jovens falar, só eles que vão lá e emite regras, as regras quem boto as regras no curso foi nós entendeu? Falou, eles falaram, óh, vocês que vão decidir as regras, não foi “ah, nós decidimos isso”, eles perguntaram pra nós entendeu? Nos outros cursos não tem isso aí (J2).

O discurso da jovem sobre as atividades desempenhadas demonstra o quanto eles se sentiam valorizados dentro do projeto em razão de sua relação com os educadores e demais profissionais da equipe técnica. O fato de as regras do projeto não terem sido passadas aos jovens de forma impositiva, fez com que os mesmos se sentissem protagonizados no projeto, ajudando na construção de suas atividades, o que lhes proporcionou a noção de contribuição com o grupo, incidindo na esfera de reconhecimento que HONNETH (2003) classifica como “solidariedade”, que se desenvolve através de contribuições formais, fortalecendo a autoestima dos indivíduos. O autor explica que a autorrelação prática a que uma experiência de reconhecimento faz os indivíduos chegarem é um “sentimento de orgulho como membro de um grupo social que está em condição de realizações comuns, cujo valor para a sociedade é reconhecido por todos os seus

demais membros” (HONNETH, 2003, p. 209), sentimento este visível na fala dos jovens sobre suas realizações dentro do projeto.

Além disso, a partir dos relatos dos jovens em suas entrevistas verificou-se que os mesmos se sentiam dentro do projeto como sujeitos possuidores de direitos e deveres, tanto seus quanto dos demais colegas, e até mesmo dos profissionais; foi comum ouvir nas falas menções sobre os direitos que eles estavam aprendendo a ter. Uma jovem relatou que antes do projeto não sabia que era possível expressar a sua opinião, sendo que o projeto contribuiu para sua maior confiança em si mesma. Desta verificação apreende-se um reconhecimento jurídico, no sentido empregado por HONNETH (2003), por parte dos jovens dentro do projeto, e que está diretamente ligado com o sentimento de autorrespeito.

[...] um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que podemos chamar de “autorrespeito” (HONNETH, 2003, p. 2003).

Dentre as atividades apontadas pelos jovens como sendo as que eles mais gostavam de fazer, estava educação física e informática. Muitos jovens antes de participarem do PROTEJO nunca haviam tido contato com um computador, e em suas falas eles salientavam a importância que estas aulas estavam tendo para seu futuro. Os jovens começaram a frequentar o projeto em abril de 2011, mas somente à época em que foram feitas estas entrevistas, é que a sala de informática ficou pronta e as aulas puderam começar.

Para falarem sobre as atividades das quais menos gostavam houve maior resistência, mas conforme a entrevista ia se desenvolvendo os jovens iam revelando que as atividades das quais menos gostavam eram aquelas que eles chamavam de “reunião” (aulas de história e cidadania), diziam que era porque eles não gostavam de ficar “sentados escutando”.

Qual atividade que você menos gosta?

A que eu menos gosto? Às vezes esse negócio de reunião, muita reunião entendeu? E daí tem que falar todo mundo, tipo uma palestra, entendeu? Eu não gosto muito de ficar sentada, eu gosto de “tá” toda hora me agitando e movimentando, entendeu? (J2).

A essa mesma jovem foi perguntado se ela gostava de falar nestas reuniões, sendo que na resposta a mesma explicou que antes do projeto não gostava, pois tinha “medo”, porém no decorrer de sua participação no mesmo ela foi aos poucos perdendo este medo, sendo que a jovem atribui a perda deste aos profissionais do projeto que a ela deram apoio.

Adoro falar, não tenho medo. Eu tinha muito medo de falar antes de “vim” pra cá, os outros cursos eu era muito fechada, se eu tinha uma dúvida eu ficava pra mim, se eu queria uma ajuda eu ficava pra mim nos outros cursos, e aqui não, aqui eu tenho... Eu “tava” passando por um problema aí há pouco tempo, agora eu cheguei e falei com a [...] né, me abri, vim 07 horas da manhã aqui, quase 08 horas, daí falei com a [...] entendeu... Aqui é um, eu considero todos como se fosse uma família pra mim entendeu, coisas que agente passa do cotidiano em casa, como briga de família daí eu vim e falei com ela né, daí eles me ajudam bastante (J2).

Os jovens referiam-se às atividades do PROTEJO sempre como “aulas”, aos educadores como “professores”, e ao próprio projeto em si, muitos jovens chamavam de “curso”. No entanto, percebia-se com a fala dos jovens que em relação ao PROTEJO eles sentiam uma certa liberdade, não encontrada na escola. Para explorar melhor tal diferenciação entre as atividades do Projeto e as aulas da escola, foi perguntado a eles, quais eram as aproximações e diferenciações entre os dois.

As respostas confirmaram esta maior liberdade encontrada no PROTEJO, que fazia com que os mesmos sentissem-se mais seguros para participar das atividades, conversando com professores e colegas sobre seus entendimentos e posicionamentos, “[...] na escola é muito mais ‘fechado’. Não ‘podemo’ fala muitas coisas. Aqui nós ‘semo’ aberto pra falar qualquer coisa” (J4). Esta mesma percepção é reproduzida no discurso dos demais jovens.

As atividades do PROTEJO para você se parecem com as da escola? Sim, não, por quê? Em que se diferenciam?

Não, porque aqui eles ensinam mais coisas que no colégio, porque lá na escola eles só passam e “faz” nós fazer, aqui não. Aqui eles passam, ensinam daí se tiver alguma pergunta eles “faz”, fala pra nós, daí aqui é muito melhor que lá no colégio, porque lá no colégio eles só passam, só ficam passando no quadro pra nós copiar. Aqui não, eles ensinam coisa (J5).

Outra jovem refere que no PROTEJO os professores são mais pacientes com eles, e mesmo em caso de atrito eles procuram resolver através de conversas, que segundo eles, na escola são bem mais incomuns.

Além das atividades, e do contato com os educadores, o fato de haver no PROTEJO profissionais como assistente social e psicóloga, e estas serem pessoas acessíveis aos jovens, também é um ponto positivo na fala dos mesmos, pois através delas eles são encaminhados à rede de assistência social existente no bairro.

O que mais chama atenção no projeto é o vínculo estabelecido entre jovens e profissionais da equipe técnica do PROTEJO. Os jovens referem em suas falas o amparo recebido pelos profissionais e a repercussão deste em suas vidas.

Demonstra-se na fala dos jovens que os mesmos sentem-se reconhecidos dentro do PROTEJO, tendo formado vínculos muito forte com os profissionais da equipe técnica. Uma das

jovens refere o apoio que recebeu da psicóloga quando viveu por um momento complicado em sua vida, passando por problemas emocionais.

Outra jovem refere que a assistente social do projeto ajudou bastante sua família, tendo ajudado inclusive um familiar seu que também participava do Projeto; outra entrevistada revela que a assistente social do projeto lhe ajudou muito com um problema pessoal, e refere-se a ela como uma “mãe”.

Este amparo por parte dos educadores e demais membros da equipe técnica do PROTEJO, e o sentimento de vínculo e reconhecimento estabelecidos pelos jovens dentro do projeto é de fundamental para sua permanência do mesmo. Além disso, esta confiança dos jovens nos profissionais, e o sentimento de empatia destes em relação àqueles é fundamental para fortalecer a capacidade de resiliência nos jovens, que se torna muito mais forte quando se tem em quem confiar. Esta capacidade é também um desdobramento do vínculo do amor, pois conforme explica Zimmerman:

[...] costuma surgir em pessoas que sofrem ou sofreram um doloroso impacto, tanto de natureza física, quanto de tragédia familiar, ou de graves problemas emocionais e/ou, afetivos, porém, impulsionados pelo apego à vida, portanto, ao vínculo do amor, não capitulam no desejo de viver e tampouco emergem numa depressão, às vezes, eterna. Pelo contrário, o sujeito retira forças vitais dos traumáticos infortúnios que aparecem alheios à sua vontade (ZIMERMAN, 2010, p. 78).

Ao mesmo tempo, nota-se no discurso de muitos jovens, um intenso envolvimento no projeto, sendo que apesar da duração do mesmo ser de um ano, muitos a época das entrevistas ainda não aceitavam que o projeto pudesse vir a acabar, e demonstravam um apego muito grande aos educadores e demais profissionais da equipe técnica do projeto. Se, por um lado, tal apego é essencial para garantir sua permanência no projeto e reduzir a evasão, de outro lado, cria uma certa dependência por parte dos jovens ao projeto.

Essa negatização por parte dos jovens de que o projeto realmente viesse a terminar após um o período de um ano tem a ver com o vínculo do conhecimento, no que diz respeito à dificuldade dos sujeitos em admitirem verdades e circunstâncias desagradáveis ou penosas. A verdade, ou o seu oposto, as falsificações, mentiras, distorções, etc.; exercem uma influência capital em toda e qualquer espécie de vínculo (ZIMERNAN, 2010), e não é apenas quanto a este aspecto da manutenção ou não do projeto, que esta dificuldade em admitir circunstâncias penosas aparece na fala dos jovens, em vários outros aspectos isso fica evidenciado, seja nos relacionamentos dos jovens com seus parceiros amorosos, seja com amigos, ou questões relacionadas a trabalho, estudo, violência, etc.

Quanto ao projeto, o prazo exíguo de apenas um ano, sem o encaminhamento ou colocação dos jovens em outros programas, ou o fortalecimento de sua autonomia, gera um sentimento de frustração, por isso cabe aos educadores e profissionais desde logo dar suporte aos jovens no sentido de prepará-los para lidar com a realidade de que o projeto chegaria ao fim, alguns dos entrevistados não compreendem isso muito bem.

Os jovens revelaram diferentes sonhos e projetos para o futuro, após o término do projeto. Um dos jovens afirma querer ser médico: “no futuro, eu quero terminar o projeto, e tentar fazer um curso de informática e depois pra ser médico, é a única coisa, eu quero fazer um curso pra ser médico” (J5); outra jovem refere que já está fazendo planos, e que pretende abrir uma escola de dança; outra relata que possui diversos sonhos e projetos, e dentre eles comprar uma moto.

Observa-se que o PROTEJO é para os jovens um lugar onde eles se sentem seguros, tanto física, quanto emocionalmente. Percebe-se nas falas o desenvolvimento tanto de vínculos, quanto de esferas de reconhecimento dentro do projeto, por parte dos jovens com seus colegas e, principalmente com os educadores e demais profissionais. Muitos jovens referem que a presença dos educadores e a possibilidade de conversar e se “abrir” com eles, é o principal motivo que os faz sair de casa para ir até o projeto.

Ao mesmo tempo, justamente por terem encontrado nos educadores um apoio muitas vezes ausente em suas vidas fora do projeto, os jovens sofrem com certa dependência e expectativa em relação ao trabalho daqueles, como se estes fossem permanecer ao seu lado por um longo período de tempo, sem terem muito claro o que fazer após o término do projeto.

5. Considerações Finais

O Projeto de Proteção a Jovens em Território Vulnerável – PROTEJO, que compõe as ações do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI, apresenta-se como ação interessante para lidar com a situação de risco e vulnerabilidade social a que muitos jovens estão submetidos. Projetos como o PROTEJO, voltadas a uma população que já passou por tantas violações, necessitam ser formuladas e executadas sempre considerando tal realidade, e a situação peculiar de intenso processo de desenvolvimento a que o jovem encontra-se submetido.

Apesar da pertinência do PRONASCI e do PROTEJO, os mesmos apresentam uma série de entraves e dificuldades em sua implantação e execução, principalmente no que diz respeito à continuidade dos projetos.

O PRONASCI traz consigo a responsabilização conjunta da União, dos estados, dos municípios e da sociedade civil, o que é um ponto extremamente positivo do programa. Porém isso remete à questão de que seus projetos e ações são executados em parceria com as prefeituras, e praticamente todos os coordenadores dos projetos implantados nos territórios de paz possuem vinculação político-partidária, o que engessa o desenvolvimento e continuidade de muitas ações.

Outra questão diz respeito ao lapso temporal dos projetos, e da possibilidade ou não de sua renovação. No caso do PROTEJO implantado no território de paz do bairro Santo Afonso em Novo Hamburgo, muitos jovens se viram como dependentes do mesmo, e não acreditavam que o mesmo pudesse se encerrar ao término do prazo de um ano, o que se traduziu em uma série de frustrações para os jovens quando percebem que o projeto realmente chegaria ao fim.

A evasão também é bastante alta em projetos como o PROTEJO, sendo que no caso investigado, a mesma atingiu mais de 50% dos jovens participantes.

As nomenclaturas utilizadas nos projetos do PRONASCI, tais como, “mulheres da paz”, “jovens em situação de risco”, “território vulnerável”, entre outras, não são bem empregadas, causando situações passíveis de gerar estigmatização entre seus usuários.

Apesar desses elementos, o PROTEJO se mostra como um projeto de mérito enquanto ação de política pública, uma vez que atua de forma preventiva, e contribui para ampliação dos sentimentos de vínculos e reconhecimento em seus usuários. Os jovens veem no projeto uma maneira de se “ocupar”, de sair de casa e buscar diversão com os colegas sem se envolverem em conflitos e estabelecem com os profissionais que compõe as equipes técnicas ações que possibilitam a confiança e bem-estar, o que demonstra em última análise a importância do preparo e da capacitação dos educadores e demais profissionais que compõe as equipes técnicas de projetos como o PROTEJO.

6. Bibliografia

ABRAMOVAY, Miriam. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Miriam Abramovay et alii. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ABREU, Waldir de. *A corrupção penal infanto-juvenil*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *Para além do punitivismo: a invenção de novas alternativas de combate à violência para uma sociedade democrática e complexa*. In: _____; TORELLY, Marcelo Dálmas; UTZIG, Mateus Prado (Org.). *Violência e controle social na contemporaneidade*. Porto Alegre: PUCRS, 2006, p. 09-15).

_____; VASCONSELLOS, Fernanda Bestetti de. *Punição e democracia: em busca de novas possibilidades para lidar com o delito e a exclusão social*. In: GAUER, Ruth Maria Chittó (Org.). *Criminologia e sistemas jurídico-penais contemporâneos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 93-120.

BARREIRA, César. *Cotidiano despedaçado – cenas de uma violência difusa*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASCH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BRASIL. *Lei n. 11.530, de 24 de outubro de 2007*. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm. Acesso em 27 de jan. de 2012.

CARDIA, Nancy. *Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação à violência, polícia e direitos humanos*. In: *Violences et controle de la violence au Brésil, em Afrique et a Goa*. Lusotopie, 2003. pp. 299-328. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/somma2003.html> . Acesso em: 06 de nov. de 2011.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. *Alguns aspectos do menor de rua e seu contexto*. In: GAUER, Gabriel José Chittó; GAUER, Ruth Maria Chittó (ORG.). *A femelogia da violência*. Curitiba: Juruá, 1999. pp. 65-91.

FONSECA, Dirce Mendes da. *O discurso de proteção e as políticas públicas sociais para infância e juventude*. Revista Jurídica, Brasília, v.9, n.85, p. 73-82, jun./jul.2007.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Considerações sobre a consistência e a direcionalidade das ações governamentais*. In: PELIANO, Anna Maria (Org.). *Desafios e perspectivas da política social*. Rio de Janeiro. IPEA. Texto para discussão nº 1248.20016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1248.pdf . Acesso em 13 de out. de 2010.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrolado*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000.

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos. *Segurança Pública e Cidadania: uma análise orçamentária do Pronasci*. INESC. Brasil: Brasília-DF, 2010.

KLOSINSKI, Gunther. *A adolescência hoje: situações, conflitos e desafios*. Tradução de Carlos Almeida Pereira. Petrópolis: Vozes, 2006.

MANNHEIM, K. *Sociologia sistemática: uma introdução ao estudo da sociologia*. 2ª Ed. São Paulo: Pioneira, 1971.

_____. *O problema das gerações*. In: _____. *Sociologia do conhecimento*. Vol. II. Porto: RES-Editora, p. 115-176;

MUÑOZ CONDE, Francisco. *Direito penal e controle social*. Tradução de Cíntia Toledo Miranda Chaves. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Violências e conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

TAVARES, Juarez. *Reflexões sobre a relação “violência e criminalidade”*. In: BITENCOURT, Cezar Roberto. (Coord.). *Direito penal no terceiro milênio*. Estudos em homenagem ao Prof. Francisco Muñoz Conde. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Políticas públicas del/para/com as juventudes*. Brasília: UNESCO, 2004.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo: Escuta. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1994.

ZIMERMAN, David. *Os quatro vínculos: amor, ódio, conhecimento reconhecimento na psicanálise e em nossas vidas*. Porto Alegre: Artmed, 2010.